

Dólar e juros dobraram déficit

BRASÍLIA – O déficit nominal do setor público – receitas menos despesas, inclusive com juros – mais que dobrou de janeiro a julho deste ano, em relação a igual período de 2000. A cifra saltou de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 43,1 bilhões, ou de 3,33% do Produto Interno Bruto (PIB) para 6,37%. Somente em julho, o déficit alcançou R\$ 14,3 bilhões, depois de um superávit de R\$ 461 milhões em junho. Foi o pior resultado desde janeiro de 1999, quando da maxidesvalorização do real.

Mas as notícias ruins não param por aí: a dívida líquida do setor público, que inclui a dívida mobiliária, subiu de R\$ 619,4 bilhões para R\$ 641,3 bilhões, entre junho e julho, pulando de 51,3% do PIB para 52,5%. E as despesas com juros explodiram de R\$ 3 bilhões para R\$ 17 bilhões no mesmo período. O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, culpa a desvalorização cam-

bial de 5,5% no mês passado e os gastos com juros pela piora nas contas públicas.

Novo rombo – Assim, um novo rombo pode ser esperado para agosto, porque até a segunda-feira o real já havia se desvalorizado mais 5,23% no mês. Nos cálculos do BC, em dezembro a dívida do setor público deve chegar a 54% do PIB. Lopes lembra o aumento do superávit primário para amenizar o estrago. Isso significa que o país tem que cortar despesas com investimentos e manutenção de serviços públicos para economizar mais e pagar a conta dos juros. “A questão dos juros é uma realidade e o tratamento é o superávit primário que se está fazendo”, afirmou.

O remédio amargo, entretanto, tem se mostrado insuficiente para conter a escalada da dívida: em julho, o setor público economizou R\$ 2,7 bilhões, acumulando no ano R\$ 33,1 bilhões de superávit primário. Mas a conta de ju-

ros, nesses sete primeiros meses, atingiu R\$ 78,8 bilhões, anulou o sacrifício fiscal e ainda deixou um buraco de R\$ 45,7 bilhões.

Apesar de superavitário, o resultado primário do mês passado foi o pior de 2001. Mas Lopes gostou. “Foi um ótimo resultado para julho”. Ele ressaltou o fato de todas as esferas de governo terem obtido superávits. A União respondeu por R\$ 1,5 bilhão e os estados e municípios por R\$ 1,2 bilhão. Contribuíram para a deterioração das contas públicas, foi o aumento de 7,76% nos benefícios previdenciários acima do salário mínimo e a queda do superávit das empresas estatais federais devido aos investimentos no setor elétrico. Mas, com o acumulado até julho, o país já está muito perto de cumprir a meta estabelecida para setembro, de R\$ 34,4 bilhões, no acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Compromissos – No próximo ano, o governo terá de au-

mentar o superávit primário dos R\$ 39,1 bilhões, previstos inicialmente, para R\$ 45,7 bilhões por força do novo acordo com o FMI que deu ao país mais US\$ 15 bilhões. Mas a dívida deve parar de crescer, se as previsões de Lopes estiverem corretas. Ele argumenta que a dívida também cresceu por causa do programa de ajuste dos bancos federais, quando o Tesouro assumiu o compromisso de entregar às instituições títulos em troca de créditos habitacionais, rurais e de papéis da dívida externa.

O peso da desvalorização cambial e dos juros, entretanto, é decisivo: a cada ponto percentual de elevação da Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, a dívida pública cresce 0,27%. E quando o real desvaloriza-se um ponto percentual, a dívida sobe 0,21%. Neste ano, a Selic já subiu 3,75 pontos e o real se desvalorizou cerca de 25%. (G.L.E. e M.L.)